



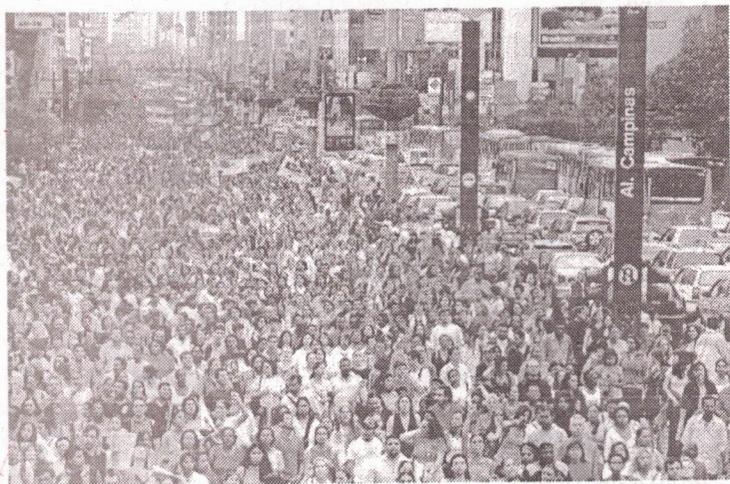
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 17 - Nº 309 - DE 1 a 14 de NOVEMBRO DE 2005 - R\$ 1,50

As massas retomam a ação pelas reivindicações

Balanco da greve na Volkswagen



EM GREVE

Balanco da greve dos professores-SP

Fora Bush! Fora o imperialismo!

Fim da opressão nacional e de classe!

Estados Unidos Socialistas da América Latina!

Diante da disputa entre as quadrilhas da burguesia, é preciso manter a independência de classe e defender o método da ação direta, contra as saídas institucionais:

Tribunais Populares

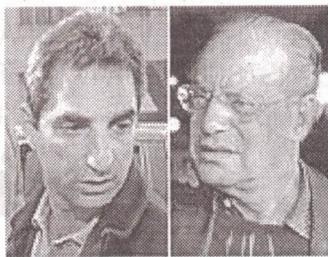
para julgar o governo e punir a burguesia pelos seus crimes de classe!

Bolívia: as massas rejeitam as eleições

Denúncias

Justiça dos patrões manda soltar Maluf e o filho

No último dia 20/10, o ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, e seu filho foram soltos da superintendência da Polícia Federal, onde estavam presos desde o dia 10/09. Conseguiram um habeas corpus no Supremo Tribunal Federal, que foi considerado pelos juristas como uma violação dos procedimentos legais. Maluf e seu filho estavam na prisão por estarem intimidando as testemunhas que relatavam o envio de centenas de milhões de dólares para contas da família Maluf no exterior.



A burguesia costuma manter contas em bancos nos países chamados de "paraísos fiscais", como a Suíça, Ilhas Cayman etc. Enquanto a população assalariada tem de pagar impostos desde os salários até as compras de supermercado, os exploradores enviam bilhões ao exterior sem pagar nada. E realizam mais operações financeiras por lá mesmo.

Os crimes da burguesia ficam impunes. Uma vez ou outra há uma denúncia, que serve para as disputas políticas. Mas os culpados são inocentados e libertados. Enquanto isso, o desempregado que rouba comida é mandado para a cadeia. A Justiça da burguesia manda prender os sem-terra que ocupam os latifúndios em busca de sobrevivência. A justiça dos explorados depende da luta de classes avançar para construir os Tribunais Populares, que julgarão e punirão a burguesia corrupta.

Para o PT, tudo não passa de "caixa 2"

A crise política ainda se arrasta. Depois de 150 dias, a oposição burguesa não conseguiu arrasar com o governo e dissolver sua base de sustentação parlamentar, para sair como franca favorita às eleições de 2006. O PT/Lula retoma a iniciativa política e consegue ganhar fôlego para a disputa eleitoral. Governo e oposição atacam-se com novas denúncias, a fim de se municiar para a disputa eleitoral: a oposição afirma que Lula teria recebido 3 milhões de dólares de Cuba, e o PT seria responsável pelo assassinato de Celso Daniel. O PT nega tudo e ameaça com novas denúncias contra o governo de FHC.

O governo tem se empenhado em mostrar que os parlamentares envolvidos nos escândalos de corrupção só são culpados de fazer "caixa 2", ou seja, de realizarem operações contábeis paralelas, sem pagar impostos e cumprir a lei sobre elas. Lula chegou a organizar um almoço de apoio aos parlamentares petistas acusados. Para ajudar na farsa, faz uma ofensiva contra o ex-presidente do PSDB, Eduardo Azeredo, afastado do cargo justamente por ter admitido o caixa 2 em sua campanha. Dessa forma, governo e oposição terão munição para se atacarem na disputa eleitoral.

Os capitalistas sempre utilizaram a corrupção como meio de controlar os parlamentares e governantes. Os escândalos re-

velam uma pequena parte do volume de roubalheira que sempre existiu no interior do Estado burguês. Para chegar ao poder do Estado, o PT assumiu todos os métodos e práticas da burguesia, inclusive a corrupção. No interior do Estado, os corruptos não julgarão a si mesmos. As massas é que têm de fazê-lo.

Luiz Marinho denunciado por participar de bacanal promovido pela Volks alemã

Executivos da Volkswagen na Alemanha foram demitidos e estão sendo processados por terem utilizado o dinheiro da multinacional para a realização de orgias e outros favorecimentos. O ex-gerente de Recursos Humanos, Klaus Joachim Gebauer, principal acusado no escândalo, afirmou que na filial brasileira da empresa havia um sistema de corrupção semelhante ao existente na matriz em Wolfsburg (Alemanha).

Segundo Gebauer, o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, e o ex-diretor do conselho de fábrica, Mário Barbosa, estiveram em uma boate em Wolfsburg às custas da empresa. Justamente quando foram para lá negociar as demissões que a empresa anunciou no Brasil. Os pelegos não se contentaram em negociar um acordo ainda pior que as medidas anunciadas inicialmente pela empresa; participaram do bacanal com os executivos da multinacional.

Os trabalhadores têm de se livrar dos burocratas vendidos que dirigem os sindicatos e os tornam em obstáculos à luta em defesa das reivindicações. Enquanto os sindicatos estiverem nas mãos de pelegos como Marinho e Cia., os trabalhadores estarão à mercê dos exploradores.

Febre aftosa é resultado da ganância dos latifundiários

A descoberta da febre aftosa em fazendas em Mato Grosso do Sul levou à suspensão de exportação de carne brasileira para dezenas de países. A doença leva à eliminação física do gado infectado. As trocas de acusações entre fazendeiros, governo e partidos obscurecem as raízes do problema. O governo não liberou as verbas para a fiscalização e tratamento sanitário. Mas foi isso que permitiu a ação contrabandista dos fazendeiros, que cinicamente reclamam dessa mesma verba.

A aftosa atacou o gado no Brasil pela ganância dos grandes fazendeiros. Entusiasmados com o grande crescimento das exportações, superior à capacidade produtiva, foram atrás de gado que suprisse suas vendas. Acabaram trazendo gado infectado. Agora reclamam do governo milhões de reais em indenizações (o governo já anunciou que vai satisfazer a ganância deles com milhões). Enquanto isso, o pequeno criador está sob o bloqueio do comércio de carne e arca com os prejuízos causados pelos grandes criadores.

Não tem cabimento nenhuma indenização aos fazendeiros, que lucram fábulas. O apoio do governo é mais um subsídio aos capitalistas, às custas da miséria da maioria.

Julgamento de Saddam é adiado no Iraque; plebiscito fracassa

Um tribunal do governo marionete das tropas de ocupação norte-americanas no Iraque tentou iniciar um suposto julgamento de Saddam Hussein, deposto pelas tropas ianques há dois anos. Mas o julgamento, que não passa de uma farsa, teve de ser adiado. A primeira pergunta feita pelo tribunal foi a de identificação do acusado. Ao que Saddam respondeu "Quem é você?". Após nova interpelação, Saddam afirmou que era o presidente do Iraque, conhecido por todos e deposto por exército exterior, e que se tratava do chefe do tribunal esclarecer

Fora Bush! Fora o imperialismo! Fim da opressão nacional e de classe!

Estados Unidos Socialistas da América Latina!

Bush traz consigo o domínio imperialista. É o principal chefe da burguesia internacional exploradora e saqueadora do mundo.

Traz consigo o sangue dos iraquianos, afegãos. Impõe a essas nações governos mandados pelos Estados Unidos.

Traz a guerra contra os povos que lutam pela sua autodeterminação. Nenhum país atrasado pode controlar sua economia, suas riquezas naturais.

Traz a intervenção militar no Haiti. É intolerável ao imperialismo que os problemas internos de um país sejam resolvidos pelo seu próprio povo.

Traz a fome e a miséria. Os saqueadores do mundo protegem suas multinacionais a todo custo.

Traz o parasitismo. O imperialismo sangra a grande maioria dos países devedores para encher os cofres dos banqueiros.

Irã, Síria, Coréia do Norte: todos no plano de guerra do Pentágono.

China: é hora de escancarar sua economia para o capital internacional.

Controle militar dos países atrasados, protecionismo das potências, abertura das fronteiras nacionais das semicolônias, liquidação total das conquistas revolucionárias dos explorados, total controle das fontes das matérias primas – eis a síntese do imperialismo.

Bush quer do governo Lula mais colaboração. Exige que ajude os Estados Unidos na tarefa de sufocar os levantes na América Latina.

Bolívia, um perigo revolucionário! Venezuela, um Chaves nacionalista desafiador! Equador, instabilidade política permanente. Colômbia, uma tarefa premente - esmagar as Farcs. Cuba, um objetivo histórico - soterrar o que resta da revolução!

Brasil, abrir mais a economia – Alca. Alinhar-se com os Estados Unidos nas disputas inter-imperialistas. Isolar os governos insubordinados latino-americanos. Esmagar os levantes operários, camponeses e populares.

O imperialismo necessita ir mais a fundo no domínio dos países atrasados.

O capitalismo se decompõe. As forças produtivas estão em choque com as relações capitalistas. A montanha de capital financeiro acumulada não tem como ser aplicada na produção.

quem era ele e seus assistentes. Diante da falta de colaboração de Saddam com a farsa montada pelo governo manejado pelos EUA, o julgamento foi adiado.

Enquanto isso, o plebiscito sobre a nova constituição se realizou em meio a um grande número de fraudes (lugares com 99% de presença ou de apoio ao "sim") e boicotes.

Os Estados Unidos tentam legitimar formalmente um novo governo e regime no Iraque, com a realização de um plebiscito sobre a nova constituição, "julgamento" de Saddam etc. Tem fracassado e continuará a fracassar. A resistência contra a ocupação só tem aumentado. O armamento geral da população e a expulsão das tropas invasoras será parte da revolução proletária no Iraque.

Agiganta o parasitismo financeiro. As potências atuam vorazmente sobre o mundo. O desemprego, a pobreza e a miséria das massas se alastram por toda parte.

Brasil e Argentina, dois gigantes perante os demais países da América Latina, mas anões diante dos Estados Unidos. São chamados por Bush a garantir a estabilidade do capitalismo a ferro e a fogo.

Bases militares norte-americanas se espalham por El Salvador, Honduras, Porto Rico, Equador, Guantánamo (Cuba), ilhas Aruba e Curaçao. Presença militar na Colômbia, Peru, Paraguai. Bush objetiva ampliar a militarização do continente. Precisa de uma base militar no Paraguai. Não basta a "cooperação" bélica.

Os Estados Unidos trabalham para que Brasil e Argentina aceitem uma base norte-americana nas suas fronteiras e na da Bolívia, país em que amadurece a revolução antiimperialista e anticapitalista.

A América Latina se ressentirá mais profundamente da putrefação capitalista.

Os levantes de massa na Bolívia, Equador, Peru, Venezuela, Argentina indicam a formação de uma maré revolucionária que deve avolumar-se. O imperialismo teme por seus monopólios.

Brasil e Argentina são fundamentais para o imperialismo combater os levantes e evitar que estes se transformem em revoluções. A luta do proletariado e dos camponeses se choca com a grande propriedade dos meios de produção. E fatalmente se dirige contra o imperialismo.

Bush traz a exigência de os governos latino-americanos atuarem unidos sob a direção econômica e militar dos Estados Unidos. O governo do PT\Lula se mostra incapaz de reagir à ofensiva do imperialismo. Dança na corda bamba. Recebe o chefe dos chefes das potências para negociar os termos da colaboração do Brasil com o imperialismo.

Os explorados, os desempregados, os pobres e a juventude devem dizer: Fora Bush do Brasil! Fora Bush da América Latina! Devem dizer também: Lula chega de traição! Por um governo dos oprimidos e de defesa nacional – um governo operário e camponês! Unidade antiimperialista dos povos latino-americanos, sob os Estados Unidos Socialistas da América Latina!

Pôr em pé os Tribunais Populares para combater a repressão ao movimento sem-terra

Minas Gerais

Os latifundiários, suas milícias armadas e a polícia tem despejado violenta repressão sobre os camponeses sem terra. A operação armada pelos jagunços contratados pelos proprietários da Fazenda Jacaré-Curiango, no dia 19 de outubro, na fronteira entre Minas e Goiás, destruiu o acampamento e vitimou 40 ocupantes. Surpreendidos no meio da noite com o fogo e com a ação dos jagunços, que os retiravam dos barracos a golpes de paus, facas e tiros, os camponeses não tiveram como reagir. Depois de tudo no chão, os criminosos abandonaram o local.

Fatos como esses têm se tornado rotina. Os fazendeiros reclamam na Justiça a posse da propriedade, contam com o seu exército de jagunços para executar os crimes contra os sem-terra e exigem que a polícia cumpra as ações de despejo. Protegidos pela lei e pelas armas, os latifundiários asseguram a propriedade privada dos meios de produção.

Aos camponeses miseráveis não resta alternativa senão ocupar e organizar a resistência. A formação dos comitês agrários armados e a aliança operária e camponesa são meios necessários para quebrar o isolamento das ocupações, dar força coletiva ao movimento e pôr em prática com os métodos próprios do proletariado a luta pela terra.

Paraná

A desocupação da fazenda Hilda pela tropa de choque feriu a bala três sem-terra. A fazenda tinha sido ocupada desde setembro por 250 famílias. A violenta ação militar que desejou bombas, tiros e acionou os cachorros contra os ocupantes foi protegida pela ordem da Justiça e da Secretaria de Segurança. Os trabalhadores rurais baleados foram ainda indiciados por desobediência e desacato à autoridade.

Os governos usam a lei para manter o poder dos proprietários. Desconsideram as denúncias do MST de abuso desses proprietários ao Código Florestal. E com o poder militar em suas mãos, despejam os miseráveis para assegurar o direito do latifundiário explorar a terra como bem aprouver, mesmo que isso custe o desmatamento da reserva florestal.

A luta pela terra expõe a violência reacionária da burguesia e seus governos e a necessidade de pôr em pé as frações camponesas apoiadas no programa da revolução proletária. Não há possibilidade de reforma agrária pela via pacífica. A conquista da terra virá pela expropriação (sem indenização) do latifúndio. É pela via das ocupações que a parcela consciente do camponesinato se aliará com a classe operária, num só movimento, pelo fim do sistema capitalista.

Pernambuco

Lideranças do movimento continuam sendo assassinadas

Nesse mês, no espaço de três dias, o movimento dos campo-

neses perdeu um dos dirigentes do MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra), Anilton da Silva. E a golpes de facas foi também assassinado o ex-coordenador estadual do Movimento Sem-terra, Antônio José dos Santos.

O Estado de Pernambuco tem sua histórica marcada pela luta camponesa. Contando com milícias próprias, os latifundiários assassinam lideranças camponesas. Contando com a proteção da Justiça, os fazendeiros estão de mãos livres para matar. A Justiça do Estado é de classe. Está a serviço da classe burguesa. Está aí por que os juízes da burguesia não podem punir esses crimes.

A resposta dos explorados tem de ser de classe. Unidade do proletariado e dos camponeses é o caminho para combater de conjunto os crimes de classe da burguesia. Os explorados devem pôr em pé seus Tribunais próprios (tribunais populares), portanto independentes do Estado. São tribunais sob o controle da maioria oprimida.

Condenação de José Rainha

A Justiça vem preparando há muito tempo a condenação de Rainha. A sentença punitiva de 10 anos de prisão, sem direito de recorrer em liberdade, foi executada pelo juiz da cidade de Teodoro Sampaio. O juiz, a mando dos fazendeiros do Pontal e sob ordens do governo de São Paulo atribuiu a Rainha e mais três sem-terra a "invasão" e o incêndio a Fazenda Santana Dalcídia (Teodoro Sampaio), no ano de 2000. A polícia faz uma busca para prender Rainha e os incluídos na sentença criminosa.

O coordenador nacional do MST, João Paulo, denuncia a ação dos latifundiários para criminalizar o movimento.

Independente das posições políticas que vêm sendo tomadas por José Rainha, o fato é que se trata de uma punição às lideranças do movimento pela terra. A condenação é uma forma de intimidar e desarticular a luta dos camponeses. Pesam sobre Rainha inúmeros processos, perseguições e prisões. A defesa da liberdade e fim de todos os processos que recaem sobre Rainha e lideranças dos sem-terra é parte da luta contra o poder dos latifundiários e dos governos. A Justiça, como braço legal do Estado, serve aos interesses da classe proprietária dos meios de produção. Não há justiça num Estado dominado pela minoria burguesa. A Justiça é de classe. Por isso, condena Rainha e protege os latifundiários, na sua maioria apropriadores de terra pública.

Fim da farsa montada contra Rainha. Punição aos criminosos latifundiários, que assassinam camponeses, superexploram os bóias-frias e condenam milhões de trabalhadores sem-terra na mais profunda miséria.

Superexploração mata bóias-frias

As condições de trabalho nas fazendas têm provocado mortes de bóias-frias. No período de um ano (abril de 2004 a 2005) 11 trabalhadores rurais perderam suas vidas, no interior de São

Paulo. As longas jornadas, a falta de equipamentos de segurança, a exposição ao sol e o ritmo acelerado de trabalho se somam com os baixos salários e a ausência de vínculos empregatícios (registro em carteira). As denúncias têm sido constantes, mas nem governo e nem empresas agrícolas tomam providências.

É preciso unir a luta dos bóias-frias com a do proletariado rural pelo emprego, pelos direitos trabalhistas e pelo salário necessário para manter uma família. É tarefa exigir das direções sindicais a unidade dos assalariados do campo para enfrentar o patronato e os governos.

Latifundiários usurpam terras públicas e derrubam 20 milhões de árvores no Pará

Há pouco tempo atrás, na época do assassinato da missionária Dorothy Stang, vieram à tona os crimes dos fazendeiros nesse Estado, não só contra o movimento dos camponeses como também a brutal invasão de terras públicas e devastação da floresta amazônica. Houve a denúncia de que há um consórcio entre empresas nacionais e estrangeiras para a devastação. E que milhões de hectares de floresta na Terra do Meio (sul do Pará) estavam sendo destruídas pela ação de madeireiros, pecuárias e pelo agronegócio, que invadem terras públicas e forjavam documentos para ter a posse da terra.

Na época, em função da repercussão do assassinato, o governo do PT fez publicar um conjunto de medidas para disciplinar a grilagem da terra e a destruição da floresta. Nem bem completou um ano, novas denúncias envolvem a Terra do

Meio e Cumaru do Norte no Pará. Portanto, nada saiu do papel. Ninguém foi punido.

Na Terra do Meio, os grileiros queimaram 50 mil hectares de floresta. O desmatamento cresceu 500% nas proximidades da rodovia Santarém-Cuiabá. Em Cumaru, oito fazendeiros destruíram uma área florestal correspondente a 50 mil campos de futebol. Entre os envolvidos na devastação para fins de pecuária estão o fazendeiro, evangélico e deputado federal Amárico Martins da Silva, o traficante Leonardo Dias Mendonça, pertencente ao bando de Fernandinho Beira-Mar, e pecuaristas motivados pelo rendoso negócio do gado.

A floresta tem se transformado em cinzas para dar lugar à plantação de capim. Árvores nativas, castanheiras, ervas medicinais, tudo vem abaixo. O Ibama se resume em olhar de cima e multar um ou outro fazendeiro pego de surpresa. No dia seguinte, volta a normalidade na terra dos latifundiários.

A depredação das riquezas naturais, o combate à grilagem da terra e o fim dos crimes da burguesia só serão definitivamente solucionados sob o programa da revolução proletária. O governo do PT/Lula se mostrou impotente em todos os aspectos e, em particular, não tocou na raiz do problema agrário e nas reservas naturais. O que implicaria enfrentar o poder dos latifundiários e das empresas multinacionais, que destroem as riquezas naturais, invadem terras públicas e estão por trás dos inúmeros assassinatos de trabalhadores e camponeses. A recente regulamentação do uso da terra e da floresta feita pelo governo Lula não passou de mais uma falácia.

Rondônia

Contra a opressão social e política em Rondônia, não dar trégua à “conciliação” dos tribunais burgueses

Uma junta de conciliação, na qual as partes seriam supostamente escutadas, foi colocada pela Justiça Burguesa no processo contra os lutadores de Rondônia. Os tribunais, parte do Estado burguês, representam os interesses dos capitalistas, e fizeram comparecer ao Juizado Especial Criminal Federal apenas aqueles que foram vítimas da violência reacionária da burguesia, para os quais indicam a proposta “conciliadora”: submeterem-se aos interesses dos saqueadores sobre trabalhadores, que são tratados como réus, dos quais apenas uma é empregada – a professora Graça – os demais são desempregados, que não contam com ganho certo, suas tarefas são ocasionais, fazem parte do mercado de trabalho informal, que o capitalismo impõe.

O juiz indicou acordos “conciliadores”, como penas diferenciadas de pagamento de multas para cada um, e iguais para todos de 8 horas de trabalhos forçados por semana, durante quatro meses, como condição para arquivar o processo. Mesmo assim, teriam direitos políticos cassados por cinco meses, pois durante esse período estariam literalmente amordaçados. Caso os juízes queiram, poderão por motivos injustificáveis, como ocorreu no dia 11 de agosto, prender os lutadores sem nenhuma apelação, como se com essa proposta “conciliadora” eles es-

tivessem sendo benevolentes. Ou seja, os acusados teriam de cumprir penas como réus e, ao mesmo tempo, o arquivo do processo só “garantiria”, uma ficha “limpa”, caso precisassem requisitá-la.

Assim, a pena que seria imputada caso tivessem aceitado a “conciliação” constaria do seguinte: o camponês Manoel, que sequer dispõe de rendimentos certos, teria de pagar multa de R\$ 400,00; para Maysa, seria a pena de R\$ 500,00 e, para Graça, R\$ 1.500,00, ou igualmente 8 horas de trabalhos forçados por semana durante quatro meses para todos.

Subestimam a capacidade dos trabalhadores de perceberem a sanha criminosa dos dominantes no intento de calar vozes e deterem ações de resistência em defesa dos explorados, daqueles que clamam e agem para que as majorias lutem contra os capitalistas e as políticas de saque indicadas pelo imperialismo, que vêm desmontando as universidades os demais níveis do ensino e dos serviços públicos em geral, além impor as diversas reformas em curso que atendem à mercantilização do ensino, do atendimento à saúde, à previdência, bem como a reforma trabalhista e sindical.

Cabe a todos os movimentos realizarem uma campanha em defesa dos lutadores perseguidos pela justiça patronal.

Professores Municipais - S. Paulo

XVI Congresso do SINPEEM: aprova a política da burocracia dirigente

O congresso do Sinpeem contou em sua abertura com o secretário da educação do município José Aristodemo Pinotti, com o presidente do Iprem, com representantes direitistas da força sindical, com os representantes dos partidos Luiza Erundina do PSB, Carlos Gianazzi do P-Sol e com Paulo Teixeira do PT.

Com a presença de 3200 delegados, caracterizou-se pelo burocratismo e pela autoritária centralização, que impediu o debate das idéias contidas nas 14 teses apresentadas para o congresso. A Corrente Proletária/POR participou defendendo a tese 9.

O congresso encerrou seus trabalhos pouco tempo antes do fechamento deste jornal, por isso apresentamos neste número uma primeira parte do balanço, enfatizando os debates promovidos em torno da questão educacional.

No educacional, vimos a nítida intenção da diretoria majoritária do Sinpeem em aprovar todas as suas propostas contidas na tese 1, que, de forma mascarada, tornou-se a tese guia do congresso.

Foram fixados apenas três grupos de debate sobre os temas, onde, conforme o regimento burocrático estabelecido, os pontos que obtivessem 20% de aceitação nos grupos seriam levados para a plenária final.

A dinâmica empregada para as discussões garantia apenas três minutos para cada representante de tese expor os principais pontos sobre o tema. Ficou estabelecido, também, que seriam lidos apenas os pontos de defesa que cada tese trazia, e que os representantes teriam o direito de propor destaques nos pontos de divergência, podendo em seguida defende-los, para que, de acordo com a aceitação da plenária daquele grupo, fossem ou não remetidas para a plenária final.

Em virtude do pouco tempo de congresso, pois os debates foram reduzidos de cinco dias para apenas três dias de meio período, isto é, a burocracia transformou em apenas um dia e meio de congresso, pouco se discutiu no sentido de armar os trabalhadores da educação para enfrentar as medidas de Serra.

Os temas relevantes debatidos durante o congresso foram: o **projeto ler e escrever** nas escolas de 1ª a 4ª série, que introduz o estagiário na sala de aula, comprometendo a autonomia do professor titular e descaracterizando seu trabalho; o **projeto lei 318**, que possui o claro objetivo de privatizar a educação pública ao autorizar as parcerias com organizações sociais; a **redução de turnos** em escolas com mais de dois turnos diurnos; a introdução dos **nove anos no ensino fundamental**, determinando a matrícula de crianças com 6 anos de idade e eliminando o terceiro estágio na

Emei, gerando desemprego na categoria e por, último, a questão do **financiamento da educação**, sendo discutida a política de fundos (Fundeb) contrapondo-se à vinculação de verbas públicas à educação.

Os setores da oposição se posicionaram contrárias à farsa do projeto de Serra de implantação de **nove anos no ensino fundamental**, pois se trata de um mecanismo que visa precarizar ainda mais o ensino, além de gerar desemprego na rede ao subtrair o terceiro estágio da Emei. No entanto, os argumentos apresentados pela oposição não foram suficientes para convencer o plenário destes riscos e terminou por ser aprovado, conforme defesa da diretoria majoritária do sindicato. Quanto à **redução de turnos** nas escolas com mais de dois turnos diurnos, ficou claro que é uma medida que visa a eliminar vagas e, conseqüentemente, ampliar o desemprego, impossibilitando o acúmulo em outra rede; sendo que neste ponto houve acordo e a plenária se colocou contrária à redução de turnos. Tanto o projeto **Ler e Escrever** como o **PL-318** foram amplamente rechaçados pela plenária, havendo consenso em sua rejeição. Por último, a oposição defendeu contra a **política de fundos (Fundeb)**, argumentando que esta tem como finalidade de redução dos investimentos em educação, acobertando a real intenção do governo em promover o desmonte da escola pública. Mesmo assim, este ponto foi derrotado pela defesa da CSC/PC do B, que argumentou que, diante das dificuldades em obter recursos para a educação, qualquer forma de investimento proposto deveria ser encarado como positiva para a educação.

A Corrente Proletária da Educação defendeu ainda a estatização do ensino, a escola pública em todos os níveis, a defesa do salário mínimo vital (duramente combatida pela CSC/PC do B).

Tendo em vista o objetivo da diretoria do Sinpeem em reduzir o tempo de discussão das teses através da imposição de um regimento burocrático, assim como utilizar sua tese pró-governo como referência para o congresso, pontos importantes na questão educacional deixaram de ser discutidos, impossibilitando a construção de um plano de lutas para reagir aos ataques implementados pelo governo Serra contra a educação. A diretoria majoritária do sindicato e seus aliados contribuíram para que o governo tenha êxito em promover o sucateamento da educação pública. Cabe à Corrente Proletária empreender uma luta contundente contra a burocracia sindical para tornar o Sinpeem um sindicato de luta e bloquear os ataques do governo. Desta forma, fica a tarefa de construir uma fração revolucionária no interior do Sinpeem.

01 de Novembro de 2005

*Corrente Proletária
na Educação*

A GREVE DOS PROFESSORES DO ESTADO DE SÃO PAULO A OFENSIVA DO GOVERNO PARA AMPLIAR O CORTE DE RECURSOS À EDUCAÇÃO

Há dez anos, o governo do PSDB, no estado de São Paulo, vem cortando recursos nas áreas da saúde, habitação e educação. Nesta última, a política de redução de gastos gerou a municipalização, o fechamento de escolas e salas, a demissão de milhares de professores, o arrocho salarial e o aumento da precarização das relações e das condições de trabalho.

Recentemente, Geraldo Alckmin, dando continuidade a esta política, desfechou duros golpes nos professores. Além da realização de um concurso fraudulento e da imposição de um reajuste miserável, reestruturou o ensino da FEBEM e procurou aprovar um projeto de regulamentação da contratação temporária de servidores públicos.

No final do mês de julho, ainda durante as férias, o projeto de reestruturação do ensino da FEBEM, atacou os 1800 professores das Unidades de Internação (UI's) da FEBEM. O ensino deixou de ser seriado e foi organizado em três níveis (Nível I – Ensino Fundamental I; Nível II – Ensino Fundamental II e Nível III – Ensino Médio). Foi estabelecido um mínimo de 12 e um máximo de 20 alunos por sala de aula, sendo que a maior parte delas funcionavam com menor número antes do projeto. A presença dos alunos tornou-se flexível, o que permitiu aumentar o número de matrículas por salas. Todos os alunos acima de 15 anos foram enquadrados na modalidade do Ensino de Jovens e Adultos (curta duração, semestral e presença flexível). Diminuiu a

grade curricular (o número de aulas semanais) e diminuiu o tempo de duração dos cursos (Nível II e III passaram a durar 1 ano, ao invés de 4 ou 3 anos). Os professores tiveram de aceitar o projeto e foram reafirmados os critérios de avaliação de desempenho para classificação de atribuição de aulas. Em resumo, a proposta implicava em fechamento de salas, redução de salário, demissões. Certamente, tem como essência a diminuição de verbas para a educação.

No final do mês de setembro, Alckmin avançou nesta medida de intensificar a reforma trabalhista na educação. Desta vez, através do Projeto de Lei Complementar 26/2005, ataca os professores contratados, os OFA's. Caso aprovado, este projeto $\frac{3}{4}$ descoberto ainda em fase de aprovação na Assembleia Legislativa $\frac{3}{4}$, permite ao governo demitir 128.901 professores OFA's a partir do início de 2006. Uma parcela dos professores poderá até conseguir aulas, mas terá de enfrentar um processo seletivo, que elimina a atual atribuição de aulas, onde prevalece o tempo de serviço (pontuação) e que já é penosa. O tempo máximo de contratação será de 6 meses, podendo haver prorrogação, por apenas mais 6 meses, se necessário, e uma única vez. Passando este prazo, o mesmo professor não poderá trabalhar mais no serviço público antes de decorridos 2 anos do fim do contrato. Não poderá haver acúmulo de cargos (rede municipal e estadual). O contrato poderá ser

extinto antes do prazo previsto, dentre outros motivos, quando retornar o professor titular (caso de licença saúde) e quando for "conveniente" à administração. E, somente neste último caso haverá indenização ao contratado, de metade do valor que receberia pelo restante do contrato. Quanto ao salário, o teto corresponde ao menor salário pago a um professor que tenha a mesma função do temporário. O professor não terá direito às férias e às faltas abonadas. Ficará vinculado ao Regime Geral da Previdência Social e, portanto, sujeito aos termos do INSS para aposentadoria e licenças.

Desta forma, o PLC 26, num primeiro momento, gera a demissão de milhares de professores. Num segundo, reduz drasticamente o número de contratados através de um mecanismo de exames de seleção. Desconsidera-se o tempo de serviço, de tal forma que, aqueles que estariam prestes a se aposentar, poderiam não consegui-lo. O professor perde uma série de direitos trabalhistas se comparado com sua atual situação de OFA, cujas normas são estipuladas pela Lei 500. O salário diminui e o período de contratação é incerto (6 meses ou 1 ano, com intervalo de 2 anos). Aumenta a superexploração do trabalho e a precarização dos contratos, assim como no caso da FEBEM. O Estado, por outro lado, alcança seu objetivo de economizar com pagamento de salários, com menor número de salas e alunos etc.

O projeto de demissão dos OFA's provocou reação imediata dos professores

A ala majoritária da diretoria da APEOESP (Articulação e ArtNova / PT e Corrente Sindical Classista / PC do B) não pretendia mobilizar os trabalhadores da educação para reagir ao projeto do governo. Ao invés de convocar todos os professores, chamou apenas os **representantes de escolas**, para comparecerem em local fechado na Assembleia Legislativa (um auditório) para uma **reunião ampliada**, no dia 05 de outubro. Pretendia realizar um acordo com o governo, por meio dos parlamentares, sobretudo petistas, que já haviam elaborado emendas desde o dia 29/09. Essa era a finalidade da escolha do local: convencer os professores da importância das emendas parlamentares, que "melhorariam o projeto".

Os reformistas petistas, que estão na direção do sindicato dos professores e na Assembleia Legislativa, como deputados, não se opõem a um projeto de regulamentação da contratação temporária. Eles partem do pressuposto que o correto, o ideal, é a realização de mais concursos. Portanto, mais exames de seleção, excluindo parcela do professorado que não é aprovada. São contra a estabilidade de todos que já trabalham.

Era esse tipo de negociata que estava previsto para o dia 05 de outubro, pela burocracia sindical. Ela só não contava com a mobilização dos professores. A notícia espalhou-se rapidamente, trazendo às ruas milhares de educadores temerosos com o desemprego.

Os diversos setores de oposição à ala majoritária da diretoria da APEOESP foram os responsáveis pela divulgação do perigo representado pelo PLC 26. Antes do dia 05 de outubro, procuraram se reunir para organizar a preparação não de uma "reunião de representantes", mas de uma grande manifestação de todos os professores na Assembleia Legislativa. Nesta ocasião, a Corrente Proletária da Educação / POR já alertava para a necessidade de transformar a manifestação dos professores em uma assembleia estadual, com poder de deliberação. Representantes da Oposição Alternativa alegaram não poder concordar de imediato, por não terem discutido este ponto com seus pares. De qualquer maneira, definiu-se uma

forma de ação comum (comandos de visitas às escolas) e um material de divulgação conjunto (assinado por todas as correntes políticas), isto é, um cartaz.

No dia 05 de outubro, por volta das 14:30 h, os arredores da Assembléia Legislativa já estavam totalmente tomados pelos manifestantes. Cerca de 30 mil professores compareceram e protestaram. Em seguida, tomaram as Avenidas Brigadeiro Luiz Antônio e Paulista, em uma passeata histórica. Promoveram uma gigantesca mobilização.

Diante da primeira grande manifestação de rua, o governo foi obrigado a recuar. No início da noite de 05 de outubro, anunciou a retirada do PLC 26 da Assembléia Legislativa. A categoria dava seu primeiro passo à frente e o governo o primeiro atrás. A guerra, entretanto, não estava ganha pelos professores. Conforme foi publicado no Diário Oficial do dia seguinte, o governo retirou o projeto "para reexame da matéria". Ou seja, pretendia negociar com as entidades do funcionalismo, sobretudo do magistério, e não enterrar o projeto.

Assim, de um lado, era preciso continuar a luta, já que o governo não estava vencido. De outro, o adversário já se mostrava frágil diante da disposição de luta e da possibilidade de radicalização do movimento.

Era esse tipo de ação que a burocracia sindical queria evitar, com sua política imobilista. Surpreendida pela presença massiva dos professores, no entanto, também teve de recuar nos seus planos de negociar com o governo através dos parlamentares petistas. Estava nitidamente enfraquecida e não con-

Tão logo o PLC 26/2005 começou a tramitar na Assembléia Legislativa (em 21/09), parlamentares do PT trataram de apresentar propostas de emendas, sendo 35 (num total de 36) deste partido. Só Roberto Felício elaborou 12 emendas. Essa é a prova de que a diretoria da APEOESP sabia do PLC 26 e pretendia "remendá-lo".

De maneira geral, nenhuma dessas emendas: altera o período de contratação de, no máximo, 6 meses; propõem o fim do interstício de 2 anos para nova contratação de professores; elimina o processo seletivo para admissão; defende um salário mais alto para o contratado etc. Tais emendas não objetivam barrar o desemprego, a precarização das relações e condições de trabalho e mesmo a exploração.

Essa concepção levou Roberto Felício a afirmar, na justificativa da emenda nº 31, o seguinte: "Esta é mais uma emenda que visa aperfeiçoar o projeto de lei ora em estudo, não tendo qualquer intenção de se modificar seu ideário." (*Diário Oficial*, 01/10/2005).

Carlos Nader (PT) propõe que o interstício de 2 anos seja reduzido para 6 meses (não extinto) e, somente para os médicos, já que há

seguiu dirigir a manifestação, deixando-a praticamente por conta da oposição. Radicalizou no discurso, criticando o PLC 26 e aceitando com a possibilidade de greve, sob a bandeira "Se não retirar [o projeto], a Educação vai parar". Tentou defender uma passeata no entorno da Assembléia Legislativa, mas foi superada pela vontade da massa que gritava: "Paulista / Masp".

Tanto o governo como a burocracia sindical tiveram de recuar diante da possibilidade de uma greve massiva. O governo, retirando temporariamente o projeto e a burocracia defendendo uma greve que não pretendia deflagrar.

Os diversos setores de oposição cometeram o erro de não defender a transformação da manifestação em assembléia estadual. E, neste ponto, errou mais a Oposição Alternativa ao confiar na burocracia, que concordou em atribuir à manifestação o poder de deliberação, considerando-a um ato deliberativo. No geral, diante da presença massiva de professores, como há muito não ocorria no movimento, os diversos setores oposicionistas temeram gerar ou aumentar a desconfiança no sindicato e na luta que pretendiam conduzir através dele.

A publicação de retirada do projeto-lei era apenas **temporária**. Nada ainda estava garantido. Alckmin declarava nos jornais a necessidade de "corrigi-lo", embora tanto ele quanto Chalita admitissem que, da forma como o projeto estava, poderia levar à demissão de mais 40% dos professores. Taticamente, o governo pretendia esperar mais para o final do ano letivo, nas férias, para impor o

As tentativas de negociação do PLC 26

a falta deste profissional no setor público. Roberto Felício (PT) também não propõe a extinção do interstício de 2 anos, nem a eliminação do prazo máximo de 6 meses de contratação e nem o aumento deste. Apenas faz a "ressalva" de que, no caso de licença saúde, se o titular retornar antes do prazo previsto, é possível aproveitar o professor contratado, no âmbito da mesma Diretoria de Ensino, para substituir outro titular em licença saúde. Carlinhos Almeida (PT) acrescenta que o mesmo trabalhador, só poderá ter contrato temporário até 4 anos após da primeira contratação. Depois disso, nunca mais! Em relação ao salário, Felício defende apenas que se iguale o salário do contratado ao daquele que se encontra no nível inicial.

Roberto Felício, ainda, no mesmo dia (05/10) em que os professores realizavam uma grande manifestação de resistência a mais este ataque do governador, onde rejeitavam o PL 26 em sua totalidade, segundo o Diário Oficial, "defendeu a formação de uma frente de negociação para levar a proposta ao governo" (*Diário Oficial*, 06 de outubro de 2005).

As tentativas de negociação do PLC 26

projeto do desemprego.

Bastou o governo anunciar a "retirada" do PLC 26 para que a burocracia da Apeoesp anulasse as decisões tomadas na manifestação de 05 de outubro. Nesta última, havia sido deliberado, por cerca de 30 mil professores, que no dia 11 de outubro deveria ocorrer uma assembléia estadual. Mas, desrespeitando a decisão de milhares de professores e o acordo feito com setores da oposição, a burocracia sindical mudou a data do dia 11 para o dia 14 de outubro, na última hora. Ao invés de assembléia, chamou um ato deliberativo. Trocou a Paulista pela Praça da República. E, tudo isso, sob a desculpa de que haveria uma negociação com o governo no dia 13/10.

Na verdade, a diretoria já havia feito um acordo com o governo: ela deveria desmobilizar os professores para o dia 11/10 e, em troca, o governo marcaria uma negociação para o dia 13/10, podendo desmarcá-la, conforme os interesses de ambos. Isso surtiu um efeito contrário. O governo desmarcou a negociação e os professores radicalizaram na assembléia do dia 14 contra Alckmin e a burocracia.

Diante da conduta da direção majoritária, era preciso que os setores da oposição respondessem para além das normas do sindicato, isto é, superassem o burocratismo, bancando a assembléia já marcada para 11 de setembro. A Oposição Alternativa, que compõe cerca de 40% dos cargos na diretoria da Apeoesp e que possui maior número de militantes, não quis tomar esta atitude. Acabou se sujeitando a ala majoritária, ainda que fazendo críticas ao mesmo.

pelos burocratas petistas do sindicato e do parlamento continuavam, mas nos bastidores. Na frente dos professores, a diretoria procurava demonstrar total contrariedade ao projeto, por trás, investia no desmonte do movimento.

O encontro, do dia 13 de outubro, com o governo, foi cancelado. Embora a burocracia tenha se mostrado contrariada, discursando sobre o "desrespeito" de Alckmin, não foi surpreendida. Tratou-se do desdobramento do acordo anterior feito com o governo: o dia 11/10 havia sido cancelado, como ele queria, e o dia 13/10 também, como ela queria. A burocracia sindical podia, desta forma, chamar a atenção para os ataques do governo e aplicar a tática de não se contrapor à Oposição. Queria que todos estivessem preocupados com a luta contra o PLC 26, para que pudesse tratar do que lhe interessava realmente: a compra da Casa do Professor.

Foi por isso que, no dia 14 de outubro, pela manhã, no Conselho Estadual de Representantes, a ala majoritária da diretoria, pretendia "aceitar" até mesmo que se transformasse o ato deliberativo em assembléia estadual, mas desde que, a pauta fosse

anteriormente definida. Seu intuito era assegurar, antecipadamente, que o problema da Casa do Professor não fosse colocado em uma assembléia massiva, pois ela perderia a votação.

A Corrente Proletária da Educação / POR, aproveitando a presença de Roberto Felício no Conselho de Representantes, denunciou as manobras do deputado e da direção do sindicato, apresentando emendas ao PLC 26, quando já havia sido rejeitado. A ala majoritária da diretoria alegou que nada tinha a ver com as emendas e Felício foi obrigado a declarar que elas eram de sua "exclusiva responsabilidade".

Na tarde do dia 14 de outubro, cerca de 10 mil professores tomaram a Praça da República. Transformaram o ato público em assembléia estadual. Rejeçaram a conduta da burocracia de passar por cima das decisões coletivas, sobretudo por ter cancelado o dia 11/10. Rejeitaram o calendário itinerante de assembléias nas cidades do interior, que tinha o objetivo de aprovar a compra da Casa do Professor. Aliás, responderam positivamente à denúncia da política de compra de apartamentos (Casa do Professor), ao invés de usar os recursos do sindicato para potencializar a luta.

A aprovação da greve: a assembléia do dia 21/10

Entre as assembléias dos dias 14 e 21 de outubro, a ala majoritária da diretoria, tratou de concretizar seus objetivos de compra da Casa do Professor (34 flats), que custaria mais de 2 milhões aos cofres do sindicato.

Enquanto a maioria dos professores votou pela assembléia do dia 21, na Paulista, à tarde, esses burocratas de gabinete articularam uma manobra para aprovar a compra desta famigerada casa. Já haviam preparado uma falsa assembléia para ocorrer em São José do Rio Preto nesse mesmo dia, mas como os professores rejeçaram essa atitude em 14/10, trataram de transferi-la para um local fechado, escondido dos milhares de professores que estariam na Paulista à tarde. Como todo pelego corrupto, não fizeram uma convocação aberta, a publicaram no jornal Diário de São Paulo.

Diante da convocação desta "assembléia geral extraordinária", os setores de oposição mais radicalizados decidiram intervir, através de uma manifestação de denúncia e tentativas de bloqueios. A idéia era inviabilizar essa assembléia, mas o pequeno número de manifestantes não permitia um confronto mais direto e intenso. De qualquer forma, a ação direta, com o uso de carro de som, na porta da Quadra dos Bancários, onde se daria a assembléia, causou constrangimento à massa de manobra que votaria na proposta, assim

As dificuldades de construção da greve

Apesar de ter chamado a greve, a burocracia, como era de se esperar, nada fez para que, de fato, ela fosse construída. Nas regiões, não integravam os comandos de greve

Aprovaram: 1) lutar pela estabilidade para todos os OFA's, independente da lei e de concursos; 2) barrar o PLC 26/2005 pelo caminho da greve; 3) que a próxima assembléia deveria ser no dia 21/10, na Capital, no Masp e 4) que até o dia 21/10 estaríamos em "estado de greve", podendo decretá-la neste mesmo dia, caso o governo não retirasse o projeto da demissão.

Essa assembléia ainda rejeçou qualquer tentativa de emendas ao PLC 26. E aprovou que a direção estava desautorizada a negociar o projeto, buscando apresentar contra-propostas, pois ele deveria ser extinto. Embora o quórum fosse bem menor que o do dia 05 de outubro, os professores estavam mais radicalizados. Demonstravam que não estavam dispostos a aceitar nenhuma manobra fosse da diretoria ou de setores de oposição que vacilavam em suas posições. Tratou-se de mais uma vitória da ação grevista, sobretudo ao se aprovar "nenhuma emenda ao PLC 26". Esta atitude apontava para a ação direta e não para as negociações de bastidores.

A burocracia sindical foi superada novamente pela ação massiva dos professores. Seu imobilismo foi suplantado pela base que queria lutar e enfrentar o governo. Ela perdeu

como irritação da burocracia.

A Oposição Alternativa optou por enviar "um observador". Não se dispôs a discutir com os outros setores de oposição. A participação desta corrente numa manifestação de repúdio ao aniquilamento da democracia operária era uma demonstração de combate à burocracia. Isso revela traços de burocracia também nesse setor que compõe a direção da Apeesp.

De acordo com denúncias feitas pela burocracia, em julho, em reunião da Diretoria Plena, cerca de 72,28% dos diretores aprovaram a compra e somente 14,45% a rejeitaram. Dentre os que aprovaram haveria membros da Oposição Alternativa, inclusive do PSTU. Aliás, a denúncia da compra da Casa do Professor foi feita inicialmente por membros da FOS, que também compõem a diretoria do sindicato. Fica explicado, assim, o não envolvimento da Alternativa nesta manifestação de repúdio contra o golpe da ala majoritária.

A burocracia sindical, para garantir a compra da Casa do Professor, ainda, valeu-se do método gangsteril de contratação de "bate-paus" nas duas assembléias do dia 21 de outubro, o que revela sua truculência. Como não consegue mais dirigir a base, sobretudo da capital, precisa recorrer às medidas autoritárias e repressivas.

Essa truculência revelou-se mais clara-

e mal visitavam as escolas visando paralisá-las. Na sede central, não encaminhou nenhuma proposta votada, como matéria paga de denúncia do PLC 26 à população.

todas as propostas, estava nitidamente enfraquecida. Mas, ainda que contrariada, seguia na tática de não se opor ao radicalismo de alguns setores de oposição e dos professores de maneira explícita.

A Oposição Alternativa nessa assembléia, mais uma vez mostrou que seu grau de adaptação ao aparelho sindical e de burocratismo avançou. Não defendeu o dia 21/10 para a próxima assembléia e sim a data em que o governo havia marcado outra negociação: 27/10. Estava se sujeitando ao calendário de Alckmin. Foi obrigada, no entanto, a retirar a proposta diante do apelo da maioria esmagadora dos professores. É importante ressaltar que, embora seus membros tenham aprovado a estabilidade de todos os professores, em assembléia realizada em abril deste mesmo ano, a Alternativa, quando da apresentação desta mesma proposta, foi contrária, alegando que não defendem "cabide de emprego".

Os setores de oposição mais radicalizados, incluindo a Corrente Proletária da Educação / POR, saíram vitoriosos dessa assembléia. Venceram aqueles que defenderam o método da ação direta e repudiaram o burocratismo da diretoria.

mente na assembléia da tarde do dia 21 de outubro. Os "bate-paus" estavam "guardando" a burocracia, tanto em cima do caminho de som, como embaixo, para que não se aproximasse nenhum opositor. Além deste recurso, a burocracia ainda utilizou a tática de não se opor à decretação da greve. Passou na frente dos setores de oposição, desrespeitando a ordem das inscrições, para chamar ela própria a greve. Tudo para tentar minimizar os efeitos de seu golpe dado pela manhã, de eliminar qualquer possibilidade de discussão quanto à compra da Casa do Professor. Foi este ponto, inclusive, que gerou um confronto generalizado em cima do caminho e embaixo entre os manifestantes e "bate-paus". Mas, a máscara caiu e a maioria dos professores puderam vivenciar o que é a sua truculência.

Duas vitórias foram alcançadas nesta assembléia. Primeiro, a aprovação da greve, isto é, o reconhecimento de que esta é a única forma de pressão que os trabalhadores possuem. Segundo, a aprovação de um comando de mobilização e negociação, responsável pela execução das propostas aprovadas na assembléia e pela cobrança e vigilância das ações da diretoria do sindicato. Essa aprovação revela que os professores de luta não confiam na burocracia sindical.

O governo procurou contra-atacar, diariamente, realizando uma teleconferência, pressionando os dirigentes e diretores de escolas, chantageando os professores, prome-

tendo um bônus a mais para quem não aderisse à greve, utilizando os eventuais para cobrirem suas aulas e alardeando que teriam faltas injustificadas. Essa atitude demonstrou o temor de Alckmin / Chalita à radicalização do movimento.

A diretoria do sindicato não podia aproveitar esse enfraquecimento do governo para atacá-lo ainda mais, porque já estava comprometida com o mesmo. O governo precisa da burocracia para fazer o desmonte do movimento, sobretudo devido ao número de professores que estavam envolvidos nas ações de rua, nas manifestações. E a burocracia atendeu a necessidade do governo. Tanto que, já no terceiro dia de greve, ao invés de desmascarar a nota oficial de Chalita que dizia que não demitiria nenhum professor e ainda efetivaria cerca de 31.100 professores, a diretoria saiu cantando vitória, dizendo que “agora era oficial” a retirada do projeto pelo governo.

Tudo leva a crer que o acordo da diretoria com o governo ainda implicou o cancelamento da reunião do dia 27 de outubro. Este cancelamento foi um pedido da burocracia que não poderia permitir a participação de um comando formado por membros da oposição em uma negociação com o governo.

Por outro lado, mesmo os setores de oposição que se dedicaram a construir a greve, sentiram dificuldades de paralisação nas escolas. Uma parcela da categoria, embora preocupada, não se identificava com a luta. O problema é que a reivindicação central da greve tinha um limite: a demissão dos OFA's por meio do PLC 26. Os efeitos o PLC-26 para os efetivos, embora estejam previstos, ainda compareciam distantes para essa parcela do professorado.

Outro fator, entretanto, pesou para desconstituir o movimento grevista. Assim como o governo precisava da burocracia sindical para a desmobilização, a burocracia precisava contar com um setor da oposição. Mais propriamente, com a Oposição Alternativa. Neste sentido, todos os grupos (OS, CBL, ALS etc.) e partidos (PSTU, PSOL) que se juntaram a ala majoritária para suspender a greve.

Foi no decorrer da greve, Chalita já declarava que estava aberto a negociações. Com o desmonte do movimento, reforçou essa disposição. O presidente da Apeoesp, por sua vez, respondia que: “Decidimos encerrar a greve, mas continuaremos mobilizados”. “Se o projeto voltar, paramos” (Diário de São Paulo, 28/10/05). Tal declaração deixa claro uma contradição no discurso da burocracia: a retirada do projeto não era definitiva? Se a retirada era definitiva, por que Carlão considera a possibilidade de volta do PLC 26? A resposta a esta questão foi dada pela Corrente Proletária da Educação / POR na assembléia de 27 de outubro: “Não há nada que comprove a retirada do PLC 26 e que não haverá demissões”.

Em diversas regiões, alguns setores da Oposição Alternativa não se dedicaram totalmente à construção da greve. Entretanto, de maneira geral, tão logo Alckmin publicou a nota mencionada, no dia 26/10, a Alternativa, tal qual a burocracia sindical, começava a alardear a vitória do movimento, já que Chalita havia oficializado a não-demissão.

No dia 26 de outubro, nas assembléias regionais, a proposta de suspensão de greve já estava sendo esboçada, tanto por parte da ala majoritária da diretoria como pela Alternativa. No dia 27 de outubro esta proposta já era uma realidade. Estava estabelecida uma aliança entre todos os grupos da Oposição Alternativa, a ASS e a burocracia sindical para abortar a greve que mal havia começado.

Na assembléia realizada à tarde, no MASP, que reuniu cerca de 20 mil professores, essa aliança permitiu impor aos militantes da Alternativa a decisão de abortar a greve, garantindo a vitória desta proposta na votação. Daí a responsabilidade desta corrente e de partidos que dela fazem parte. PSTU e PSOL se uniram ao PT para decretar o fim da luta, que tanto interessava à burocracia sindical e ao governo do PSDB. Na tentativa de se diferenciar, a Oposição Alternativa defendeu a proposta de paralisação de 24 horas, na segunda semana de novembro. E, em boletim distribuído na assembléia, acusou os setores de oposição de irresponsáveis. “Não devemos e não podemos aceitar a desmoralização, como quer a maioria da direção da Apeoesp, nem cometer irresponsabilidades que enfraqueçam nossa ação e possam levar nosso movimento à desmoralização e à derrota. Os setores da oposição que vierem aqui defender a continuidade da greve por tempo indeterminado desde já, a qualquer custo e até a morte estarão jogando água no moinho da Articulação Sindical e contribuindo para o enfraquecimento de nossa luta”.

A Corrente Proletária da Educação / POR, assim como outros setores da oposição, defendeu a manutenção da greve. Isso porque não havia nada de concreto sobre o fim do PLC-26. Apostava na possibilidade de cres-

O resultado da greve

Por outro lado, o presidente do sindicato afirmou: “Vamos discutir a contratação dos professores aprovados em concurso e ver como fica a situação dos demais” (Diário de São Paulo, 28/10/05). Revela, assim, a possibilidade de demissão e que irá negociar a forma de contratação do OFA. Até porque, negociação sem luta só pode resultar em emenda a um projeto (no caso o PLC 26) e em maior poder de ação para a burocracia. Esta última abortou a greve para eliminar qualquer forma de controle sobre seus atos, sobretudo através do comando de mobilização e negociação. Ficou com as mãos livres para as negociações.

A declaração do presidente do sindicato também revela que diretoria despreza as decisões das assembléias, especialmente a

cimento da greve. Além do que, havia ainda o problema das mudanças na previdência do PLC 30 a ser explorado com os professores efetivos.

Por outro lado, avaliamos que apenas três dias de greve não nos permitia ter uma posição precisa do movimento, sobretudo quando setores ligados ou pertencentes à burocracia sindical e setores da oposição também não estavam colaborando com a greve. Observamos que a maior parte das greves do magistério paulista começa pequena e vai ganhando adesão. E que essa greve tinha uma peculiaridade: as manifestações eram massivas, e tomavam as ruas, preocupando o governo. Uma parcela dos professores podia até não estar disposta a fazer greve ainda, mas não se negava a lutar. Era preciso potencializar esta disposição do professor, puxar a greve para cima e trazê-lo para os comandos e para as manifestações de rua.

O que explica a distância da Oposição Alternativa dos diversos setores de oposição, inclusive setores com quem ela compôs a Chapa 2 (Oposição Unificada) foi seu receio de fortalecer estes setores. Enquanto a ala majoritária da diretoria dizia que as manifestações de outubro eram coisas da oposição, a Alternativa foi percebendo que, o grau de radicalização das assembléias e as propostas aprovadas tinham mais a ver com os outros setores de oposição do que com ela. Com seus traços burocráticos já fortalecidos, coube a esta corrente, adotar o método burocrático de combate aos “concorrentes”. Daí preferir a aliança com a burocracia sindical do que começar a perder terreno para os demais setores oposicionistas. O que explica do PSTU, reproduzido pelo Jornal da Tarde de 28/10: “Nós já ganhamos”. “Fizemos o governador Geraldo Alckmin voltar atrás quando viemos aqui pela primeira vez no começo do mês e, essa semana, fizemos ele botar tudo no papel”.

A grande imprensa estampou, no dia seguinte, as colocações da burocracia e do PSTU pela suspensão da greve e da Corrente Proletária de manutenção e radicalização do movimento grevista.

do dia 14 de outubro, ao defender a política de concursos ao invés da estabilidade para todos.

Apesar disso, o movimento de outubro não foi derrotado. Os professores conseguiram forçar o governo a um recuo e eliminar o processo de negociação montado para o dia 05/10, onde o PLC 26 seria aprovado com emendas dos parlamentares petistas.

Fomos vitoriosos. Demonstramos que só a mobilização coletiva e a greve podem impedir derrotas às medidas governamentais. Mas, mais do nunca, tornou evidente que é preciso construir uma verdadeira direção para a Apeoesp. Uma direção apoiada na democracia sindical e nos métodos de luta dos trabalhadores.

Rondônia:

Manifesto da Corrente Proletária da Educação em defesa de uma chapa para a construção de um sindicato independente dos patrões e governos capitalistas

Companheiros, já se delineiam três chapas em disputa da diretoria do Sindicato por mais três anos. De acordo com a nossa análise, qualquer uma que vencer dará continuidade a atual diretoria, que não está organizando e mobilizando a base pelas reivindicações.

A militância da Corrente Proletária da Educação (CPE) atua no sindicato mostrando que a diretoria precisa dar respostas aos problemas colocados pela luta de classes no setor da educação ligando-os à opressão de classe dos demais segmentos da sociedade. Isso significa que, ao lutar contra o arrocho salarial e direitos trabalhistas, deve-se vincular essa luta à luta contra as reformas impostas pelo imperialismo/Banco Mundial sobre a educação em todos os níveis e demais reformas escravizantes que são impostas pelo governo PT/Lula/FMI e são seguidas pelo governo Cassol (PPS) e Roberto Sobrinho (PT).

A militância da CPE, na luta sindical, luta pela democracia operária, em que todas as correntes do movimento precisam ser respeitadas, com direito a intervenções, lancem suas propostas e estas serem votadas, prevalecendo o interesse da maioria para ser implementado pela diretoria. Combate também o aparelhamento da entidade como trampolim eleitoral.

As eleições estão previstas para a primeira quinzena de novembro, de acordo com o estatuto da entidade. São três chapas, das quais duas são originárias de um aparente racha na atual diretoria. Porém, para nós, as três representam os mesmos interesses: de ter o sindicato como trampolim eleitoral e canalizar lutas vinculadas aos períodos que proporcionam dividendos políticos para membros da diretoria que se candidatam ou para candidatos que apoiarem.

A organização das três chapas representa a continuidade do reformismo e do oportunismo entre os burocratas que atuam no sindicato

De acordo com seus interesses eleitorais as chapas assim se configuram:

Uma chapa é a dos que se reivindicam de "independentes", porém com composição de militância vinculada ao PC do B, cujo partido está ligado à administração PT e às entidades de luta em todo país – CUT e sindicatos filiados. As demais chapas são formadas sob a tutela da diretoria atual e frutos de rachas entre eles.

Não esqueçamos como estas diretorias burocratas têm se utilizado do sindicato. Valem-se da estrutura da entidade como trampolim eleitoral e usufruto próprio. São estas mesmas pessoas que nos dizem que os trabalhadores têm memória curta. Será verdade? Essas evidências estão no presente e não apenas no passado. Começando pelos que conhecemos em Porto Velho, sem contar com aqueles que têm se candidatado no interior do Estado.

Os sindicatos foram criados ao longo da história da luta de

classe para defender os trabalhadores da opressão que os patrões impõem sobre os empregados, mas atualmente estão assumindo um papel de conciliador de classe, onde as diretorias fazem acordo de gabinetes com os patrões e governos capitalistas sem que a base esteja presente.

Estamos conclamando todos aqueles insatisfeitos com o continuísmo a compor uma chapa diferente dessas que estão sendo formadas.

A Corrente Proletária da Educação Apresenta o Seguinte Programa para esta Eleição do Sintero:

1) *Total independência do Sintero/CUT em relação ao Estado e seus governos:*

A) Fim da política de colaboração do Sintero e da CUT aos governos;

B) Reconquistar o Sintero e a CUT para a luta dos trabalhadores;

C) Fim da submissão do Sintero ao governo Lula. Oposição revolucionária a suas reformas neoliberais.

2) *Enfrentar Com Nossos Métodos a Reforma Educacional dos Governos Lula, Cassol e Roberto Sobrinho*

Retomar o método da ação direta para impor as reivindicações.

3) *Combater o Divisionismo Imposto aos Professores:*

Para conquistar as reivindicações necessitamos de uma direção verdadeiramente de luta, que se coloca pela unidade dos trabalhadores para derrotar as medidas de ataque dos governos.

4) *Defender a Escola Pública e se Colocar por um Único Sistema de Ensino, Público, Gratuito, Laico, Vinculado à Produção Social e sob o Controle de Quem Trabalha e Estuda:*

A) Fim da reforma educacional do FMI/Banco Mundial/Lula/Cassol/Roberto Sobrinho;

B) Fim do Fundef e do Fundeb, por serem instrumentos de partilha das miseráveis verbas destinadas à educação. A ampliação dos recursos à escola pública, fim dos subsídios às privadas, não retirada de parte do dinheiro da educação por meio da DRU;

C) Fim da coexistência entre ensino público e o privado que privilegia o particular e sucateia o gratuito. Criação de um único sistema estatal e gratuito sob o controle de quem trabalha e estuda;

D) Eliminação de todas as formas de seleção para o acesso aos níveis de ensino. Fim dos vestibulares e vestibulinhos. Acesso livre do infantil à universidade. A seleção é a via para impedir que a juventude pobre atinja os níveis mais avançados de escolaridade;

E) Combate aos mecanismos de avaliação criados pelas reformas governamentais (Saeb, ENEM, Enade). E que toda avaliação seja resultado do trabalho coletivo entre professores e estudantes;

F) Um ensino científico, portanto laico, sem interferência religiosa e que esteja vinculada à produção social. Um ensino que uma teoria e prática. Que esteja em oposição à exploração infantil e juvenil. E que possa desenvolver as capacidades físico-mentais dos estudantes.

5 Defesa das Condições de Ensino e Trabalho:

A) Salas de aula com 25 alunos;

B) Recursos didáticos em todas as unidades escolares;

C) Funcionamento das bibliotecas e laboratórios nas escolas onde já existem e criação nas demais escolas;

D) Contratação de funcionários e professores para todas as unidades escolares. Fim das horas extras e contratos temporários (emergenciais), com efetivação de todos os professores que estão na rede;

E) Redução da jornada de trabalho dos professores, sem reduzir o salário para que ocorra a melhoria do ensino e emprego a todos;

F) Defesa de um plano de carreira unificado para todos os trabalhadores em educação e que inclua todas as reivindicações do magistério;

G) Piso salarial vital, calculado pela assembleia de professores.

6) Construir a Unidade dos Trabalhadores com seus Próprios Métodos:

A) As reivindicações da maioria trabalhadora: o salário mínimo vital (necessário para manter uma família de 4 pessoas calculado pelas assembleias de base), reposição das perdas salariais, emprego a todos implantando a escala móvel de trabalho; nenhuma taxação aos aposentados, fim das reformas antinacionais e antipopulares, saúde e educação gratuitas, moradia e terra aos camponeses pobres;

B) A unidade dos professores com os demais trabalhadores para enfrentar a unidade do governo e dos patrões, que impõe o desemprego, o arrocho salarial, o sucateamento da saúde e educação públicas e as reformas neoliberais;

C) O método da ação direta, que se constitui nas greves, assembleias unificadas, manifestações coletivas e etc.;

D) Rechaço à política corporativista dos dirigentes sindicais.

7) Por um Sintero Democrático e de Luta:

A) Um Sintero que organize a luta contra as reformas neoliberais;

B) Um Sintero com a mais ampla democracia sindical: controle das bases sobre sua direção e de todos os recursos financeiros: soberania das assembleias; congressos de delegados e eleitos nas escolas, proporcionalidade direta para todas as instâncias;

C) Um Sintero em que seu funcionamento seja decidido por suas instâncias coletivas e de base;

D) Um Sintero apoiado na unidade nos métodos próprios do proletariado;

E) Um Sintero que sirva de instrumento da luta de classes contra a burguesia e seu Estado.

8 Defesa de uma Sociedade sem Exploradores e Explorados:

A) Fim da guerra imperialista dos Estados Unidos Sobre o Iraque. O fim do intervencionismo militar das potências sobre as nações pobres;

B) Fim da Alca, que é a forma dos Estados Unidos aumentar o saque na América latina;

C) Fim do intervencionismo econômico, que está materializado nos planos neoliberais;

D) Rompimento com o imperialismo. Não pagamento as dívidas interna e externa, fim de todos os acordos com o FMI/BIRD;

E) Fim do sistema capitalista. Transformação da grande propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva por meios da revolução social. Por uma sociedade socialista.

Fortaleza-CE:

Reproduzimos abaixo trecho do boletim da Corrente Proletária na Universidade

As reformas educacionais são parte das políticas neoliberais!

O capitalismo se encontra numa crise estrutural sem precedentes. Para remediá-la, tenta destruir as condições mais elementares de trabalho e de vida: dos trabalhadores e demais oprimidos. As reformas educacionais são apenas parte das reformas neoliberais que vêm sendo conduzidas pelo Governo Federal, tais como a Reforma da Previdência, já aprovada, que impôs restrições a direitos e ao acesso a benefícios de aposentadoria, a Reforma Sindical, que pretende aumentar o controle do Estado sobre as organizações dos trabalhadores e reforçar o poder da burocracia e a Reforma Trabalhista, que deseja flexibilizar conquistas históricas e direitos.

Para tanto, o imobilismo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e demais sindicatos sob controle das forças que apóiam o governo (PT, PCdoB etc.), patrocinado por suas direções

atreladas ao Estado burguês; o papel da direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que apóia o governo e limita as ocupações em troca de parques assentamentos e recursos, que o governo prometeu e não cumpriu; a anulação da União Nacional dos Estudantes (UNE), por sua direção, que tem reforçado os projetos neoliberais do governo federal para a educação, enfim, a desmobilização dos trabalhadores, camponeses, e estudantes tem facilitado grandemente a imposição dessas reformas, sem resistências.

A tarefa central é organizar e mobilizar a classe trabalhadora e o campesinato, estudantes, professores e demais oprimidos para barrar as reformas em curso, com suas próprias reivindicações de melhores condições de vida e trabalho, conjugada com a luta pela destruição do sistema capitalista!

Manifesto divulgado durante a manifestação de 26 de outubro de 2005 em Londrina PR

Carta aberta à população de Londrina

Exigimos da prefeitura:

Passe Livre Já! Redução imediata da Tarifa para R\$1,35! E estatização do Transporte Coletivo!

Basta de exploração! Está na hora do prefeito Nedson ouvir e atender as reivindicações da juventude e dos trabalhadores. Ninguém agüenta mais pagar caro para andar em ônibus lotados. Ninguém agüenta mais ter que pagar para estudar e trabalhar. Mesmo assim, a prefeitura já planeja, junto com as empresas, um novo aumento da tarifa (provavelmente nas férias de 2006). Para evitar mais este assalto ao bolso do trabalhador participe desta campanha!

O Comitê pelo Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo tem se organizado desde o início de 2005, resgatando também as lutas de 2003.

Defendemos o **Passe Livre**, porque se todos têm direito à igualdade de acesso e permanência em todos os níveis de ensino, é preciso que o transporte gratuito seja garantido. Cidades como Maringá-PR e Cuiabá-MT, por exemplo, já garantem o passe livre estudantil. Por todo o Brasil, estudantes têm se organizado para conquistar este direito. A luta pelo passe livre é nacional. Mais do que uma questão estudantil, interessa ao conjunto dos trabalhadores. Por isso, não aceitamos que o passe livre seja vinculado a um aumento para demais usuários.

Defendemos a **Redução da Tarifa para R\$1,35**, pois com o salário mínimo pago ao trabalhador é impossível encaixar um valor tão alto. Quando Nedson aumentou a tarifa em 2003, já dizíamos que R\$1,60 era um assalto. O Ministério Público questionou as planilhas e entrou com uma ação pela redução. Contrário aos interesses da população, Nedson aumentou a tarifa para R\$1,90 em sua primeira semana de governo após a reeleição. O Ministério Público mantém sua ação pela redução da tarifa e demonstrou que a planilha está superfaturada, o que pode indicar uma das fontes do dinheiro do caixa 2 de Nedson.

Não dá para ficar esperando, porém, a ação do Judiciário, que invariavelmente atende aos poderosos. Temos que ficar em alerta. Nossa luta tem que ser construída nas ruas. Enquanto ainda exigimos a anulação dos últimos 2 aumentos, a prefeitura e as empresas já planejam mais um ataque ao salário do trabalhador, elevando ainda mais a tarifa. Nossa organização tem que ser forte em cada escola, universidade e principalmente em cada bairro, pois Nedson pode repetir a covardia de decretar o aumento nas férias escolares.



O sistema de transporte é uma necessidade coletiva, e não deve ser subordinado ao lucro dos empresários. Por isso este sistema deve ser público! Defendemos a **estatização das empresas de transporte** que devem ser controladas por quem trabalha de verdade nelas! Afinal o que os donos da Grande Londrina e da Francovig fazem? São eles que dirigem os ônibus? Consertam? Cobram ou administram o sistema? Não. Eles só embolsam o lucro extraído do dinheiro suado dos trabalhadores. Assim, não há como justificar que pessoas deixem de ir para a escola, ou cortem outras despesas, como a de alimentação, para encher os bolsos dos donos destas empresas.

O objetivo desta manifestação é exigir que o prefeito responda às nossas reivindicações em um encontro público com o movimento!

Participe desta campanha! É hora de organizar comitês em cada colégio, universidade e bairro! Chega de exploração!

Punição aos Culpados pela morte de Anderson Amaurílio

Vivemos num período em que quem se manifesta em defesa de seus direitos e sua sobrevivência é tratado como criminoso. Em vez de ouvir a população, políticos jogam a polícia, reprimem e até matam aqueles que se revoltam contra a opressão.

No dia 13 de junho de 2003, durante uma manifestação contra o aumento abusivo da tarifa de R\$1,35 para R\$1,60 (decretado pelo prefeito Nedson), em meio a um bloqueio ao terminal, o então presidente da CMTU Wilson Sella exigiu que a saída dos ônibus fossem liberadas. No local, o tenente-coronel Rubens Guimarães comandou a operação que resultou no atropelamento de Anderson Amaurílio. Depois de 13 dias internado, Anderson morreu. Mais uma vítima da repressão e da criminalização dos movimentos sociais.

Mais de dois anos se passaram. Não houve Justiça: Nedson foi reeleito. Sella é secretário da Fazenda e Rubens Guimarães foi promovido por Requião.

Mas isso não esconde a verdade e nem apaga a história: O dia 26 de julho, dia da morte de Anderson, foi escolhido pelo movimento nacional pelo Passe Livre como um dia de luta contra a criminalização dos movimentos sociais. Exigimos a punição dos responsáveis pelo assassinato do Anderson: Nedson, Sella e Rubens Guimarães.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Judiciário - SP

O Plano de Cargos e Salários do TJ significa mais ataques ao conjunto dos servidores do judiciário paulista

No dia 06/10/05, o TJ realizou uma audiência pública com o objetivo de apresentar as principais diretrizes do plano de cargos e salários que pretende implementar na categoria. Um mês antes chamou as associações para que apresentassem suas contribuições ao referido plano.

Na verdade, trata-se da mesma proposta de APL (AnteProjeto de Lei) anunciada em 2001 e tem por objetivo retirar direitos e conquistas previstos na Lei Complementar 715/93, como progressão nas escalas de vencimentos, acesso, gratificações e licenças-prêmio que, na prática, significa rebaixamento geral de salários.

Na época, o TJ propunha substituir o atual sistema de progressão, que utiliza o tempo de serviço como critério para a mudança de referência/grau para alcançar direitos, como quinquênios etc pelo critério "anuênio por assiduidade", no qual os trabalhadores não poderiam ultrapassar o limite de 6 (seis) faltas durante um ano, incluindo faltas abonadas, justificadas, injustificadas e licenças médicas e nenhuma falta disciplinar para poder ter direito a 1% (um por cento) de reajuste sobre o salário base. Ou seja, os funcionários seriam obrigados, por exemplo, a trabalharem doentes para poder alcançar o tal anuênio.

Propunha também acabar com várias gratificações, inclusive a gratificação judiciária, ajuda de custo e criava um salário fixo, acompanhado de uma única gratificação, móvel, que poderia ser diminuída ou cortada, dependendo do orçamento, que está submetido à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dividia a categoria em dois níveis: cargos comissionados e cargos em geral, sendo que para o primeiro caso estava prevista uma série de regalias negadas ao segundo, como reajustes diferenciados e gratificações de representação.

Trabalhadores da Volks Lutam por Queda Salarial

Abaixo Reproduzimos parte do Boletim "Nossa Classe" nº 80 de 23 de Outubro de 2005 sobre a luta pela PLR e contra o rebaixamento salarial.

Sobre Nosso Movimento

Estamos chegando no momento mais importante de nossa greve.

É aqui que devemos orientar os próximos passos que devemos dar. Até agora nosso movimento ficou escondido. Tanto a grande imprensa, como a própria Tribuna Metalúrgica não deram a importância devida à nossa greve.

Isso se explica pois tanto a Volks e o restante da patronal, como a diretoria de nosso sindicato não querem que nosso movimento ganhe força, chamando nossos companheiros de outras fábricas a se solidarizarem conosco.

Nossa luta pelo PLR, na verdade encobre a situação de penúria que estamos passando. Nesses últimos anos o poder de compra de nossos salários baixou mais de 11%. E como nesse tempo não tivemos uma verdadeira campanha salarial (mesmo conseguindo reajustes superiores aos índices oficiais de inflação não conseguiram eliminar a diminuição do poder de compra). Junta-se a isso o problema do aumento do ritmo da produção, cau-

Avaliação de desempenho virá para viabilizar as demissões e cortar salários

Segundo as "novas" diretrizes anunciadas para o PCS, o principal critério a ser utilizado será a "avaliação de desempenho". Cria-se, desta forma, uma série de novas exigências às quais os funcionários serão submetidos individualmente, como avaliação positiva de desempenho, estágio probatório, obrigatoriedade de participação de cursos de capacitação profissional etc. A partir dessa avaliação o futuro do servidor será decidido.

A introdução do critério de "avaliação de desempenho" será a porta para as demissões em massa e mais um meio para o rebaixamento geral dos salários.

A criação de apenas duas escalas de vencimentos, a incorporação de parte das gratificações ao salário-base, a divisão da categoria em dois níveis (efetivos e comissionados), são propostas complementares ao plano e vêm todas no sentido de aprofundar ainda mais os ataques ao conjunto dos trabalhadores.

Portanto, é falsa a idéia de que "as diretrizes do plano são para a valorização do servidor durante toda a carreira" e que "não haverá redução da atual remuneração dos salários dos atuais servidores".

Assim como a recente extinção dos Tribunais de Alçadas, a imposição do PCS do TJ à categoria faz parte de um plano geral de reestruturação do poder judiciário. Basta ver que o mesmo plano também está sendo implantado em outros Estados, com apenas algumas diferenças.

Trata-se de dar continuidade às orientações do Banco Mundial/FMI contidas na reforma do judiciário e objetiva o corte geral de salários, direitos adquiridos e demissões em massa.

sado pela falta dos companheiros demitidos nos últimos anos. E chegamos a situação em que nos encontramos hoje.

A falta de uma direção sindical que se colocasse contra esse ataque a vida dos trabalhadores (mais que isso, essa direção se corrompeu até a medula ao negociar nossos postos de trabalho com os acordos de demissão, o recente escândalo na Volks alemã envolvendo Marinho, bem na época dos acordos testemunham isso) levou os Metalúrgicos do ABC à falta de organização e ao temor que enfrentamos hoje.

Desde o início do movimento a direção não mostrou firmeza. Em todas as nossas greves sempre foram feitos arrastões para retirar os fura greves, coisa que não aconteceu agora, no momento em que a direção da Volks está com o objetivo claro de quebrar a nossa organização.

É necessário darmos um basta a tudo isso, mostrarmos que não somos dóceis marionetes.

Temos de avançar nossa luta. E para isso é necessário organizar os comandos de greve e sair as ruas mostrando que vamos lutar até o fim por nossos direitos. Temos de parar a Anchieta e realizar passeatas até as portas das principais montadoras buscando a solidariedade de nossos companheiros.

Balanço da greve dos trabalhadores da Volks por PLR

Os trabalhadores da Volkswagen de São Bernardo do Campo fizeram neste ano a maior greve por PLR, ficando vinte e cinco dias parados. O mais interessante dessa greve é que ela só existiu porque os trabalhadores passaram por cima da política pelega da direção do sindicato (Articulação/PT) que, desde o início, fez de tudo para evitar a greve, como sempre.

A primeira ação da direção do sindicato contra o movimento aconteceu em junho, na plenária que definiu o valor de PLR a ser encaminhado a Volks. Nessa plenária, foram apresentadas duas propostas. A oposição Chapa 2 defendeu que deveria ser encaminhado o valor de R\$ 6.800,00. Argumentaram que a Volks é a montadora que mais vende e lucra, portanto não poderia ficar atrás da Scania, que já tinha fechado a PLR em R\$ 6.400, podendo chegar a 7 mil, e da Mercedes, que fechou em R\$ 6.200,00. A coordenação Chapa Um (Articulação/PT), defendeu R\$ 5.500,00. Segundo eles, era o valor que a Ford havia negociado de PLR. Como vimos, a Chapa Um se baseou na montadora que havia pago a menor PLR, para rebaixar a reivindicação e tentar evitar a luta.

A plenária aprovou a proposta de R\$ 5.500,00 e foi dado um prazo, 30 de julho, para finalizar as negociações. Depois de várias reuniões com a empresa, o prazo de negociação vencido e nenhuma assembléia para informar como estavam as negociações, os trabalhadores revoltados começaram a cobrar uma resposta dos pelegos, que fizeram uma assembléia no dia 23/09, informaram que a proposta da Volks era apenas R\$ 4.134,00, e que já a haviam rejeitado na mesa. Disseram que estava difícil e que seria necessário pressionar a Volks.

Fizeram dois encaminhamentos na assembléia: parar por duas horas ou o dia inteiro. Quando falaram em duas horas foram vaiados. Colocaram em votação e os trabalhadores aprovaram por unanimidade ficar parados o dia inteiro, atropelando a direção que estava acostumada a fazer paralisações de duas horas, o que nada resolvia.

Em seguida, informaram que os trabalhadores deveriam retornar ao trabalho no dia 26/09, que no dia seguinte se reuniram com a empresa novamente. Os trabalhadores começaram a reclamar que a greve deveria ser por tempo indeterminado e não só por um dia. Enquanto os trabalhadores pediam a greve, a Chapa Um, de joelhos, implorava para a fábrica melhorar a proposta.

Trabalhadores radicalizam e aprovam greve por tempo indeterminado

Como a Volks não atendeu a reivindicação, o sindicato foi obrigado a marcar uma nova assembléia com os trabalhadores para quinta-feira (29/09). Na assembléia informaram que a proposta da empresa continuava sendo os R\$ 4.134,00 que já havia sido rejeitada. Sem saída, colocaram em votação se os tra-



balhadores queriam parar por um dia ou por tempo indeterminado. Os trabalhadores radicalizados aprovaram a greve por tempo indeterminado.

Depois de alguns dias de greve e a empresa irredutível, ficou claro para os trabalhadores que a luta não era mais só pela reivindicação de R\$ 5.500 de PLR. Na verdade, se tratava de uma luta política. De um lado, a empresa querendo impor a menor proposta de PLR das montadoras para que os trabalhadores retornas-

sem ao trabalho com o sentimento de derrota e, em seguida, aumentar o ataque a seus direitos e do outro, os trabalhadores que não queriam sofrer mais uma derrota. Até porque não aguentavam mais os ataques que a empresa com apoio do sindicato vinha fazendo nos últimos anos através dos acordos de demissão em massa, redução de 15% nos salários, terceirização de setores inteiros etc.

Os trabalhadores, para saírem vitoriosos, tinham de enfrentar dois problemas: A intransigência da empresa e a política pelega da direção do sindicato. A empresa radicalizou, contratou mais seguranças, colocou os encarregados para trabalhar e conseguiu uma liminar da justiça que garantia o trabalho dos fura-greve.

O sindicato, por sua vez, fazia assembléia e mandava os trabalhadores para casa, tornando a greve totalmente passiva. Durante o movimento, a Corrente Proletária (POR), que faz parte da oposição Chapa 2 interveio colocando a necessidade de tornar a greve passiva em ativa, ou seja, fazer com que os trabalhadores deixassem de ficar em casa onde eles estariam propensos às pressões da fábrica e às manobras da direção do sindicato, para que participassem de movimentos de massa, por exemplo, comandos de greve para tirar os furões, parar a Anchieta, e fazer passeata nas outras montadoras pedindo solidariedade dos trabalhadores.

Depois de 10 dias de greve, o sindicato apresentou uma nova proposta da empresa de R\$ 4.500,00. Tentaram defender a proposta para pôr fim a greve, mais logo vieram as vaias e os trabalhadores aprovaram a continuidade do movimento.

Depois de 16 dias, a greve foi para julgamento. Era tudo que a pelegada queria para acabar a greve. Colocaram para ser julgada a proposta rebaixada de R\$ 5.000,00.

Fizeram assembléia e disseram que o recado à empresa já havia sido dado, que o movimento tinha sido vitorioso, quase implorando que os trabalhadores esperassem o julgamento trabalhando. Mesmo assim, 30% dos trabalhadores votaram contra o retorno ao trabalho, e com razão, pois, agora, o resultado está nas mãos da justiça burguesa, que certamente julgará em favor da empresa.

Não cabe aos trabalhadores aguardarem a decisão da justiça. É preciso retomar a mobilização, de forma ativa, para conquistar a reivindicação.

Bolívia :

Chacota Eleitoral Burguesa

Em seu esgotamento, a “democracia burguesa” se converteu em uma chacota total. Os parlamentares e os politiquieiros, em nome da democracia, fazem os que lhes dá na telha. Pedidos de inconstitucionalidade pela distribuição de gabinetes parlamentares ou impugnando as eleições gerais, tudo para continuar sendo parlamentares até 2007; rechaço de alguns ao Tribunal Constitucional, tentativa de converter a presidência da República em um hotel de alta rotatividade, com o argumento de que “se falta um presidente, substitua-o”, depois de Rodrigues segue-se Giordano considerado seu “sucessor constitucional” e as-

sim sucessivamente. Os parlamentares que apresentaram sua renúncia para se habilitarem como candidatos nas próximas eleições agora as retiram para continuar sendo parlamentares, pois não se sabe se as eleições se realizam em dezembro ou são postergadas para o próximo ano; para uns são eleições gerais, para outros, só a do presidente e do vice. Tudo uma chacota.

Essa chacota nada tem a ver com a luta dos explorados. Qualquer que seja o futuro das eleições, a luta política dos explorados transcenderá a politicagem burguesa e se projetará desde as ruas até a transformação revolucionária da atual

sociedade que, a cada dia que passa, se desmorona sem remédio.

Nós trabalhadores estamos diante de um grande desafio, o de acabar com a chacota democrática da burguesia e dos politiquieiros, e instaurar um novo regime, nos dotarmos de um governo próprio que não pode ser outro que um governo operário e camponês, assentado na propriedade social dos meios de produção, criar nossos próprios órgãos de poder onde se discutam e se resolvam os problemas das maiorias nacionais.

(Extraído do jornal Masas Boliviano nº 1968, de 14/10/2005).

Como chegaremos, partindo da realidade atual, à Revolução e Ditadura Proletárias?

Vivemos um momento de agudização da luta de classes. É surpreendente que durante o processo eleitoral as massas ganhem as ruas todos os dias buscando impor suas reivindicações pelo caminho da ação direta. O repúdio às eleições é uma conquista inominável das massas, o que demonstra sua maturidade política.

Outro traço importante é o repúdio do grosso das massas a suas direções sindicais, compostas pelos que usurparam cargos de direção. As massas geralmente dão as costas aos que se apresentam como caudilhos, e estes quase sempre mantêm boas relações com o

governo burguês.

Como vemos, um obstáculo no processo revolucionário é a luta entre as altas direções sindicais ou setoriais e o grosso das massas. Muitas vezes se constata a arremetida das bases contra as direções compostas de corruptos. Em algumas ocasiões, as massas marcham sozinhas e por seu próprio caminho, às vezes se chocando com as direções tradicionais.

Abre-se a perspectiva mais interessante. As massas radicalizadas se expressam atualizando pontos centrais da política revolucionária do passado. Esse fenômeno expressa que as maiorias se

identificam de forma indireta com os dirigentes poristas do passado.

A luta das massas faz com que amadureçam para arrancar de seu seio elementos de direção. Este clima demonstra que se alcançará a vitória na luta se o POR e seus militantes se fundem com as massas, buscando plantar no seio destas os pólos de referência da direção revolucionária. Esse trabalho partidário concreto pode abrir as portas para as batalhas decisivas e configurar a vitória da revolução proletária.

(Extraído do jornal Masas Boliviano nº 1968 de 14/10/2005)

Lição do POR da Bolívia que os camaradas do exterior devem assimilar

No processo eleitoral que está acontecendo, da mesma forma que nos anteriores, nosso Partido tem o cuidado de analisar se as massas, particularmente as operárias, repudiam ou não as ilusões democráticas, se abandonam a luta e esperam que um governo burguês melhor que o atual resolva seus problemas ou se seguem pelo caminho da ação direta de massas (luta de classes ou violência revolucionária) para superar os obstáculos que encontram.

A história nos ensina que as ilusões democráticas das massas acabam man-

tendo no poder a classe dominante, ao custo da piora das suas condições de trabalho e de vida. Neste caso corresponde ao partido trabalho para conseguir que as massas superem suas ilusões democráticas e afiancem a luta revolucionária.

Um exemplo: Em 1947 o POR (que já tinha o programa da revolução proletária na Bolívia) estrutura uma frente política com a Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros, pois sabia que as massas, incluindo as proletárias, eram vítimas das ilusões democráticas. Essa frente ganhou as eleições nos distritos mineiros.

Os reformistas se sentiriam embriagados ao se tornarem parlamentares e teriam fortalecido sua política reformista.

Já o Bloco Mineiro proclamou que usaria o parlamento com tribuna revolucionária para organizar e preparar as massas para a insurreição. O governo respondeu com uma brutal repressão. Mas esse trabalho contribuiu para que as massas superem as ilusões democráticas e sigam lutando sacrificadamente para enterrar a burguesia e ao seu governo.

(Extraído do jornal Masas Boliviano nº 1968 de 14/10/2005)